25, inciso III, da Lei Complementar nº. 12, de 9 de fevereiro de 1993, registrar a Portaria AP nº. 1707, de 04.09.2006, que trata da Aposentadoria de OSMARINA FARIAS DOS SANTOS, no cargo de Agente de Portaria, Código GEP-TP-1.102, Ref. I, lotada na Secretaria Executiva de Educação, recomendando ao IGEPREV a atualização dos proventos ao salário mínimo vigente.

ACÓRDÃO Nº. 41.214

Assunto: Aposentadorias
Requerente: Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Processo nº. 2007/52631-8 – Portaria AP nº. 0787, de 01.02.2008, JOANA D'ARC RAMOS ALMEIDA, no cargo de Agente Administrativo, Código GEP-SA-901.1, Ref. I, lotada na Secretaria Executiva de Educação;

Processo nº. 2007/53662-8 – Portaria AP nº. 811, de 01.02.2008, IONE ALZIRA COSTA DE SOUSA, no cargo de Agente de Artes Práticas, Código GEP-SO-1010.1, Ref. I, lotada na Secretaria Executiva de Educação.

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 25, inciso III, da Lei Complementar nº. 12, de 09 de fevereiro de 1993, registrar os atos de aposentadorias relacionadas:

ACÓRDÃO Nº. 43.215

Processo nº 2007/54476-1

Assunto: Pensão Civil

Requerente: Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará.

Relator: Conselheiro Nelson Luiz Teixeira Chaves.

Decisão: **A C O R D A M** os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 25, inciso III da Lei Complementar nº. 12, de 09 de fevereiro de 1993, registrar a Portaria PS nº. 0661 de 27.3.2006 que trata da pensão em favor de MARINEZ CORDEIRO SALES, RAFAEL JORGE CORDEIRO SALES, CÉZAR WILSON CORDEIRO SALES e LARISSA CORDEIRO SALES, dependentes do ex segurado JORGE WILSON CRUZ SALES.

ACÓRDÃO Nº. 43.216

Processo nº 2008/50119-6

Assunto: Retificação de proventos.

Requerente: Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Relator: Conselheira Maria de Lurdes Lima de Oliveira.

Decisão: **A C O R D A M** os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 25, inc. III da Lei Complementar nº. 12 de 9 de fevereiro de 1993, registrar a Portaria Retificadora RAP Nº. 1909, de 30.11.2007, que trata da retificação dos proventos de MARIA DAS GRAÇAS DE SOUSA OLIVEIRA, aposentada no cargo de Professor, Código GEP-M-AD2-401, Ref. II, lotada na Secretaria Executiva de Educação.

ACÓRDÃO Nº. 43.217

Processo nº. 2003/51106-8

Assunto: Prestação de Contas referente ao Convênio nº. 266/2002, firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHAL e a SEPLAN.

Responsável: Sr. PAULO SÉRGIO RODRIGUES TITAN – Prefeito à época.

Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES.

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento nos arts. 38, inciso I, e 74, inciso VIII, da Lei Complementar nº. 12, de 9 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas no valor de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), e aplicar ao Sr. PAULO SÉRGIO RODRIGUES TITAN, Prefeito à época, CPF: 001.140.572-49, a multa de R\$ 200,00 (duzentos reais), pela intempestividade na apresentação das contas, a ser recolhida no prazo de trinta (30) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui-se título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida decorrente da multa, se não recolhida no prazo legal, conforme estabelece o art. 116, § 3º da Constituição Estadual e arts. 45, inciso III, "b", e 46, c/c o art. 50 da Lei Complementar nº. 12/93.

ACÓRDÃO Nº. 43.218

Assunto: Prestações de Contas

Processo nº. 2003/53280-7 – PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ALTA, na importância de R\$ 44.561,28 (quarenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e um reais e vinte e oito centavos), referente ao Convênio SESP A nº. 50/03, de responsabilidade do Sr. Aluizio do Nascimento Pinto, Prefeito à época.

Processo nº. 2005/52881-1 – FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E DA PECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ, na importância de R\$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais), referente ao Convênio SAGRI nº. 273/04 e Termo Aditivo, de responsabilidade do Sr. Carlos Fernandes Xavier, Presidente.

Relator: Conselheiro Antonio Erlindo Braga

Decisão: **ACORDAM** os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, nos termos do voto do Exmº Sr. Auditor Convocado, com fundamento nos arts. 38, inciso I e 39 da Lei Complementar nº 12, de 09 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas e dar quitação aos responsáveis, nos processos identificados.

ACÓRDÃO Nº. 43.219

Processo nº. 2004/52402-1

Assunto: Prestação de Contas relativa ao Convênio nº. 069/2003 firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ e a SESP A.

Responsável: Sr. DULCÍDIO FERREIRA PINHEIRO, Prefeito.

Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso I c/c o art. 74, inciso VIII, da Lei Complementar nº. 12, de 09 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas no valor de R\$-55.000,00 (Cinquenta e cinco mil reais), e aplicar ao Sr. DULCÍDIO FERREIRA PINHEIRO, Prefeito, C.P.F. nº. 142.387.132-49, multa no valor de R\$-2.750,00 (Dois mil, setecentos e cinquenta reais), pela intempestividade na apresentação da prestação de contas, a ser recolhida no prazo de (30) trinta dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui-se título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida decorrente da multa, se não recolhida no prazo legal, conforme estabelece o art. 116, § 3º da Constituição Estadual e arts. 45, inciso III, "b" e 46, c/c o art. 50 da Lei Complementar nº. 12/93.

ACÓRDÃO Nº. 43.220

Processo nº. 2005/51517-2

Assunto: Prestação de Contas referente ao convênio nº. 107/2002 e termos aditivos, firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ e a SESP A.

Responsável: Sr. SEBASTIÃO MIRANDA FILHO – Prefeito.

Relator: Conselheiro CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JÚNIOR

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso I, c/c o art. 74, inciso VIII da Lei Complementar nº. 12 de 09 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas no valor de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), e aplicar ao Sr. SEBASTIÃO MIRANDA, Prefeito, CPF nº. 156.553.772-68, multa de R\$1.000,00 (mil reais), pela remessa intempestiva das contas, a ser recolhida no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui-se título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida decorrente da multa, se não recolhida no prazo legal, conforme estabelece o art. 116, § 3º da Constituição Estadual e arts. 45, inciso III, "b" e 46 c/c o art. 50 da lei Complementar nº. 12/93.

ACÓRDÃO: 43.221

Assunto: Prestações de Contas

Processo nº. 2005/52000-4 – PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO TOCANTINS, referente ao Convênio SEPOF Nº. 076/03, no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), de responsabilidade da Sra. LUCIENE GERALDA RESENDE VERAS – Prefeita.

Processo nº. 2006/51035-6 – ASSOCIAÇÃO FAZENDA EMBRIÃO, referente ao Convênio ASIPAG Nº. 430/2004, no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), de responsabilidade da Sra. NELCY MARANHÃO CAMPOS – Presidente.

Relator: Conselheiro Nelson Luiz Teixeira Chaves.

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos dos votos do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento nos arts. 38, inciso I e 39 da Lei Complementar nº 12, de 09 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas, e dar quitação aos responsáveis pelos processos identificados.

ACÓRDÃO Nº. 43.222

Processo: 2002/52858-6

Assunto: Tomada de Contas referente ao Convênio nº. 196/2001, firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE GARRAFÃO DO NORTE e a SESP A.

Responsável: Sr. JOSÉ JURACI LINHARES DE LIMA – Prefeito.

Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES.

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento nos arts. 38, inciso I, e 74, inciso VIII, da Lei Complementar nº. 12, de 9 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), e aplicar ao Sr. JOSÉ JURACI LINHARES DE LIMA, Prefeito, CPF: 166.095.142-91, a multa de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), pela instauração da tomada de contas, a ser recolhida no prazo de trinta (30) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui-se título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida decorrente da multa, se não recolhida

no prazo legal, conforme estabelece o art. 116, § 3º da Constituição Estadual e arts. 45, inciso III, "b", e 46, c/c o art. 50 da Lei Complementar nº. 12/93.

ACÓRDÃO Nº. 43.223

Processo: 2003/51282-1

Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio nº 369/02, firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE BREU BRANCO e a SEPLAN.

Responsável: Sr. EGON KOLLING – Prefeito à época.

Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES

Decisão: **ACORDAM** os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento nos arts. 38, inciso I e 74, inciso VIII da Lei Complementar nº 12, de 9 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), e aplicar ao Sr. EGON KOLLING – Prefeito à época (C.P.F. nº 197.465.129-00), multa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), pela instauração da Tomada de Contas, a ser recolhida no prazo de (30) trinta dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui-se título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida decorrente da multa, se não recolhida no prazo legal, conforme estabelece o art. 116 § 3º da Constituição Estadual e arts. 45, inciso III, "b" e 46, c/c o art. 50 da Lei Complementar nº. 12/93.

ACÓRDÃO Nº. 43.224

Processo: 2005/50143-0

Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio nº. 002/2003 firmado entre a ASSOCIAÇÃO DA MULHER DE MARABÁ e a ASIPAG.

Responsável: Sra. JÚLIA MARIA FERREIRA ROSA, Presidente.

Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso I c/c o art. 74, inciso VIII, da Lei Complementar nº. 12, de 09 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas no valor de R\$-30.000,00 (Trinta mil reais), e aplicar à Sra. JÚLIA MARIA FERREIRA ROSA, Presidente, C.P.F. nº. 141.396.852-04, multa no valor de R\$-900,00 (Novecentos reais), pela instauração da tomada de contas, a ser recolhida no prazo de (30) trinta dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui-se título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida decorrente da multa, se não recolhida no prazo legal, conforme estabelece o art. 116, § 3º da Constituição Estadual e arts. 45, inciso III, "b" e 46, c/c o art. 50 da Lei Complementar nº. 12/93.

ACÓRDÃO Nº. 43.225

Processo: 2007/50020-1

Assunto: Tomada de Contas referente ao Convênio nº. 029/2003 e termo aditivo firmados entre a FUNDAÇÃO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA e a SECTAM.

Responsável: Sr. LUIZ ACÁCIO CENTENO CORDEIRO – Diretor Executivo à época.

Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso I, c/c o art. 74, inciso VIII da Lei Complementar nº. 12 de 09 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas no valor de R\$ R\$30.264,80 (trinta mil, duzentos e sessenta e quatro reais e oitenta centavos) e, aplicar ao Sr. LUIZ ACÁCIO CENTENO CORDEIRO, Diretor executivo à época, CPF nº.042.265.262-87, multa de R\$1.513,24 (hum mil quinhentos e treze reais e vinte e quatro centavos), pela instauração da tomada de contas, a ser recolhida no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui-se título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida decorrente da multa, se não recolhida no prazo legal, conforme estabelece o art. 116, § 3º da Constituição Estadual e arts. 45, inciso III, "b" e 46 c/c o art. 50 da lei Complementar nº. 12/93.

RESOLUÇÃO Nº. 17.498

Processo nº. 2007/51287-8

Requerente: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ.

Relator: Auditor Convocado ANTÔNIO ERLINDO BRAGA.

Decisão: RESOLVEM os conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 74, do Ato nº. 24, de 08 de março de 1994, converter em diligência o julgamento do processo que trata da aposentadoria de ROBSON DA SILVA PACHECO, recomendando-se a ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ que, no prazo de 30 (trinta) dias, proceda a lavratura de novo ato, de acordo com a manifestação do órgão técnico e parecer do Ministério Público.

RESOLUÇÃO Nº. 17.499

O Plenário do tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais e regimentais, Considerando a indicação da Presidência, constante da Ata